

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO E PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS/MG

SEÇÃO III – PLANO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

SEÇÃO III

PLANO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Referência

Empreendedor:

Prefeitura Municipal de Indianópolis

Rua Urias José da Silva, nº 42

CEP 38.490-000

(34) 3245-2048

CNPJ: 18.259.390/0001-84

Prefeito: Lindomar Amaro Borges

Consultoria Contratada para Assessoria na Elaboração do Plano Diretor Participativo e de Mobilidade Urbana:

Planari Consultoria Ambiental Ltda ME (Planari Consultoria)

Rua Maria José Silva Firmino, nº 30.

CEP 38.441-524 – Araguari/MG

(34) 3512-7144 | 98827-5778 | 99244-2537

CNPJ: 28.048.140/0001-59

Representantes: Jéssica Maria de Moraes Santos Ruiz (Eng.^a Ambiental – CREA MG 175814) e Veruska Fernandes de Oliveira (Eng.^a Ambiental – CREA MG 163768)

Coordenação Geral: Adairlei Aparecida da Silva Borges

APRESENTAÇÃO

O presente relatório (Sessão III) é constituído por registros das visitas técnicas e Audiências Públicas, nas quais estiveram presentes: os membros da Assessoria Técnica, do Núcleo Gestor Municipal e da Comissão Técnica, para construção do Plano Diretor, representantes do poder legislativo e demais munícipes. A equipe da Planari Consultoria Ambiental LTDA, contou com o apoio da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores de Indianópolis para a divulgação, organização e articulação do espaço de realização dos eventos. O intuito do presente relatório é manter a plena transparência no processo de elaboração do Plano Diretor, bem como demonstrar a efetiva participação popular no Planejamento Urbano do município.

SUMÁRIO

1	Introdução	06
2	Núcleo Gestor	07
3	Visitas Técnicas	07
4	Audiências	07
4.1	Primeira Audiência Pública	07
4.1.2	Etapas do Plano diretor e da Lei de Mobilidades Urbana.....	08
4.1.3	Projetos de Lei	08
4.1.4	Uso e Ocupação do Solo	09
4.1.5	Dispositivos gerais e requisitos urbanísticos para parcelamento	09
4.1.6	Mobilidade Urbana	09
4.2	Segunda Audiência Pública	09
4.3	Terceira Audiência Pública	11
5	Diretrizes Comunitárias	11
5.1	Diretrizes Comunitárias Para O Núcleo Urbano	11
5.2	Diretrizes Comunitárias para o Núcleo Rural.....	12
Tabela 1	Audiências Públicas do Plano Diretor realizadas	07
Quadro 1	Aspectos Levantados para o Diagnóstico	09

1 INTRODUÇÃO

Os dados apresentados neste documento são resultados do processo de participação da população do Município de Indianópolis para a construção do Plano Diretor e da Lei de Mobilidade Urbana, em conformidade com as determinações da Lei Federal 10.257/2001, Estatuto da Cidade, de acordo com as orientações do Ministério das Cidades. O Estatuto da Cidade estabelece o direito às cidades sustentáveis e à gestão democrática da cidade. e determina a integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência.

Nesse sentido, o Estatuto representa um meio para o estabelecimento de espaços humanizados e integrados ao ecossistema, nos quais se cultive o respeito aos direitos humanos fundamentais, preserve a natureza e se respeite a diversidade cultural, a fim assegurar aos presentes e às futuras gerações condições dignas de vida e de participação na definição das diretrizes do seu município.

A dinâmica utilizada para o diagnóstico comunitário destaca a importância de cada munícipe no processo de planejamento e gestão. De acordo com os elementos apresentados pela população, entende-se que os mesmos anseiam por crescimentos e melhorias, que vão do básico (manutenção de serviços essenciais, como saúde e educação) ao estratégico (gestão pública e desenvolvimento sustentável). A comunidade pôde manifestar seus anseios e suas percepções que contribuíram significativamente com proposições que julgam ser eficazes, capazes de atender às necessidades do município.

Com as contribuições da sociedade e as propostas dos estudos técnicos, a partir de pesquisas documentais feitas por técnicos da Prefeitura Municipal, o Plano Diretor Participativo e a Lei de Mobilidade Urbana está equipada para assegurar com legitimidade a reestruturação do território, de forma a atender à expectativa da população e suprir as necessidades e exigências legais de uma gestão pública idônea e democrática. Os dados, uma vez analisados e fomentados, trazem a capacidade de proporcionar as adequações no planejamento do município, contemplando os diversos aspectos e anseios da população.

O processo de participação popular iniciou-se em 6 de novembro de 2018. O cronograma das reuniões foi previamente divulgado, sobretudo, no site da Prefeitura de Indianópolis e em veículos de comunicação do município. Os tópicos discutidos foram catalogados por eixos temáticos (mobilidade urbana, meio ambiente e saneamento, desenvolvimento urbano, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico e gestão pública), possibilitando maior compreensão e concretização dos trabalhos de maneira eficaz, garantindo, assim, a participação da sociedade de maneira efetiva e relevante.

2 NÚCLEO GESTOR:

I) **EQUIPE TÉCNICA:** Engenheiras Ambientais, Arquitetos e Urbanistas, Geógrafas e Advogados.

II) **COMISSÃO DE TRABALHO:** Funcionários públicos das Secretarias de saúde, educação, assistência social, transporte, tributos, meio ambiente, COPASA e EMATER

III) **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO:** Foi formada por segmentos da Sociedade Civil: Poder executivo, legislativo, judiciários, sociedade civil organizada, técnicos e cidadãos.

Tabela 1: Audiências Públicas do Plano Diretor realizadas.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO PLANO DIRETOR REALIZADAS			
Data das audiências		Local	Horário
1	06/11/2018	Câmara Municipal de Indianópolis	18:30 às 22:00
2	14/12/2018	Câmara Municipal de Indianópolis	19:00 às 22:00
3	19/02/2019	Câmara Municipal de Indianópolis	19:00 às 22:00

Fonte: Fonte: Planari Consultoria (2019)

3 VISITAS TÉCNICAS

Foram realizadas visitas *in loco* com o acompanhamento de técnicos com o objetivo de conhecer, analisar e propor diretrizes sólidas para o desenvolvimento do Município de Indianópolis. (Anexo I)

4 AUDIÊNCIAS (Anexo II)

A sistematização dos dados levantados durante as audiências públicas encontra-se apresentada dos tópicos a seguir, estando estratificada por regiões e distritos para melhor compreensão das peculiaridades de cada espaço.

4.1 Primeira Audiência Pública

Realizada no dia 06 de novembro de 2018, às dezoito horas e trinta minutos, no auditório da Câmara Municipal de Indianópolis, na rua Saint Clair de Melo, 207 - Centro, Indianópolis - MG, a Primeira Audiência Pública, contou com 103 pessoas, para aclarar a população sobre o Plano diretor e a Lei de Mobilidades Urbana.

Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento do Município para orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e

rural. Traz a garantia dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população. O **Plano** estabelece os objetivos a serem atingidos; As atividades que devem ser executadas; Quem deve executá-las. É **Diretor**, pois, fixa as diretrizes do desenvolvimento urbano **Municipal**, afinal, conta com a participação e ajuda de todos os munícipes e serve para estabelecer as regras para o desenvolvimento equilibrado da cidade.

É o plano diretor que projeta a cidade para o futuro promovendo a atração de investimentos, geração de emprego e renda e qualidade de vida para nós, nossos filhos, netos e gerações futuras. É obrigatório para os municípios que têm grandes obras que colocam o meio ambiente em risco ou que mudam muito a região, como aeroportos, rodovias, barragens ou hidrelétricas. O município apresenta grande potencial turístico devido ao lago da Usina de Miranda que chama atenção de grandes investidores em variados setores econômicos e atende à recomendação do Ministério Público.

Foi realizada licitação para contrato de empresa para elaboração do Plano diretor Participativo e Lei de Mobilidade Urbana. A empresa Planari Consultoria Ambiental LTDA foi a contemplada. Assim, buscou-se seguir os seguintes princípios:

- ✓ princípios da função social da cidade (moradia digna, infra-estruturas, equipamentos e serviços públicos, patrimônio ambiental e cultural),
- ✓ princípio de função social da propriedade urbana (subordinação dos interesses privados aos interesses públicos e sociais)
- ✓ Princípio da gestão democrática (participação popular, democracia)
- ✓ Princípio da sustentabilidade ambiental (equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e preservação do meio ambiente)

4.1.2 Etapas do Plano diretor e da Lei de Mobilidades Urbana:

- ✓ Estudos Preliminares
- ✓ Diagnóstico
- ✓ Plano de Diretrizes
- ✓ Instrumentalização do Plano

4.1.3 Projetos de Lei

- ✓ Lei do plano diretor
- ✓ Lei de uso e ocupação do solo
- ✓ Lei de parcelamento do solo
- ✓ Lei de mobilidade urbana

Foi feita a análise Integrada baseada no Plano Municipal de Saneamento Básico com áreas de restrição fundamentadas em Leis ambientais; proteção do patrimônio cultural; proteção das áreas de risco e análise de empreendimentos de impacto seguindo a regra de zoneamento

- ✓ Zona de uso industrial e mineração
- ✓ Zona de uso agropecuário
- ✓ Zona de preservação
- ✓ Zona urbana

4.1.4 Uso e Ocupação do Solo

- ✓ Zoneamento Urbano;
- ✓ Controle de crescimento urbano;
- ✓ Proteção de áreas inadequadas à ocupação urbana;
- ✓ Minimização dos conflitos entre usos e atividades;
- ✓ Controle do tráfego em consonância com o Plano de Mobilidade em elaboração;
- ✓ Controle da intensidade de ocupação;
- ✓ Análise e detalhamento dos padrões de parcelamento;
- ✓ Hierarquização e definição de padrões de vias;

4.1.5 Dispositivos gerais e requisitos urbanísticos para parcelamento;

- ✓ Detalhamento do processo de licenciamento (apresentação dos projetos) para parcelamento;
- ✓ Impedimentos Legais (fiscalização e penalidades).

4.1.6 MOBILIDADE URBANA

- ✓ Definição
- ✓ Princípio
- ✓ Etapas
- ✓ Importância

Processo De Aprovação: O Plano Diretor e a Lei de Mobilidade Urbana devem ser discutidos e aprovados pela Câmara de Vereadores e sancionado pelo prefeito. O resultado, formalizado como Lei Municipal, é a expressão do pacto firmado entre a sociedade e os poderes Executivo e Legislativo com participação popular.

4.2 Segunda Audiência Pública

Realizada no dia 14 de dezembro de 2018, às dezenove horas, no auditório da Câmara Municipal de Indianópolis, na rua Saint Clair de Melo, 207 - Centro, Indianópolis - MG, a Segunda Audiência Pública, teve o intuito de apresentar o levantamento dos aspectos positivos e negativos do município, feito com técnicos, servidores públicos e população indianopolense.

A análise aponta para uma cidade desenvolvida no âmbito econômico, com boa estrutura educacional e equipamentos comunitários (públicos e privados) condições de uso.

Contudo, a análise geral aponta para problemas de saneamento (drenagem) e mobilidade. A seguir, o resumo por eixos temáticos:

Quadro 1: Aspectos Levantados para o Diagnóstico

EIXOS TEMÁTICOS	ASPECTOS LEVANTADOS
Mobilidade	Ausência de sistema público de transporte coletivo por Ônibus, sendo importante verificar a real demanda ou projeção futura através de pesquisa O/D; Ausência de Classificação Hierárquica; Necessidade de rever o sistema de circulação viária predominantemente com direção dupla de sentido; Ausência de anel viário; Deficiente Sinalização Vertical e Horizontal; Dispositivos de retenção veicular fora dos padrões CONTRAN; Travessias Elevadas fora dos padrões; Ausência de vagas especiais para idosos e PCD's; Rampas de acessibilidade insuficiente e fora dos padrões NBR 9050; Condições inadequadas de calçadas; Ausência de Bicicletários e demandas por ciclistas, nota-se vazios urbanos e necessidade de melhorias na infra estrutura (asfalto, iluminação).
Saneamento e Meio Ambiente	Inexistência de tratamento de esgoto; Ligações irregulares; Tamponamento de PV's; Invasão de unidades habitacionais, em Áreas de Proteção Ambiental (APPs), contíguas aos córregos existentes no perímetro urbano do município, assim como via públicas. Falta de lixeiras nas ruas; a região possui áreas verdes, mas falta programas de proteção ambiental e conservação de praças. Há problemas de drenagem de água pluviais.
Desenvolvimento Urbano e Rural	Obstrução das bocas de lobo; Processos erosivos; Ausência de dissipador de energia; ZONA RURAL: Recuperação e conservação das estradas rurais; Curvas de nível; Cordões de segurança; Loteamentos existentes com ocupação de fundos de vale;
Desenvolvimento Social	Necessita de reformas estruturais e melhorias nos atendimentos. Faltam atividades de lazer e esporte; bem como cursos profissionalizantes.
Desenvolvimento Econômico	O comércio da região contempla pequenos, médios e grandes empreendimentos, mas falta diversidade para geração de mais empregos. Existe potencial para investimentos em turismo ecológico.

<p style="text-align: center;">Gestão Pública</p>	<p>Necessidade de ampliação do perímetro urbano; Problemas de infraestrutura urbana: drenagem pluvial, esgoto sanitário (estação de tratamento) e pavimentação asfáltica; Centro histórico não é protegido; Poucas áreas públicas (áreas institucionais e áreas verdes); Ausência dos Códigos Municipais de Obras e Posturas; Necessidade de Regularização Fundiária Urbana (Lei Federal nº 13.465/2017) nos loteamentos clandestinos existentes; ou regularização destes empreendimentos; Há a necessidade de construção de uma escola de ensino fundamental, reformas em prédios públicos; Necessidade de melhorias na infra estrutura (asfalto, iluminação).</p>

4.3 Terceira Audiência Pública

Realizada no dia 19 de fevereiro do ano de 2019, às dezenove, no auditório da Câmara Municipal, na rua Saint Clair de Melo, 207 - Centro, Indianópolis - MG, a Terceira Audiência Pública, objetivou estabelecer as normas que propiciem o desenvolvimento econômico, social e ambiental, com vistas a garantir melhor qualidade de vida para todos no Município de Indianópolis.

5 DIRETRIZES COMUNITÁRIAS

5.1 DIRETRIZES COMUNITÁRIAS PARA O NÚCLEO URBANO

I – Mobilidade:

- a) Garantir e melhorar a circulação, proporcionando deslocamentos que atendam às necessidades da população;
- b) Tornar homogênea a acessibilidade em toda a área urbanizada;
- c) Desenvolver campanhas educativas com base nos programas nacionais “Maio Amarelo” e “Semana Nacional do Trânsito”
- d) Desenvolver atividades de Educação para o Trânsito e Mobilidade Urbana, com objetivo de tornar pública a presente lei e seus parâmetros, bem como colaborar na redução de índice de acidentes e na segurança viária.

II – Saneamento e Meio Ambiente:

implantar a Estação de Tratamento de Esgoto

- a) Construção da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE;
- b) Plano de recuperação das áreas contaminadas por despejo irregular de esgoto;
Criação de Parques Lineares.
- c) Implantação do Programa de Proteção Ambiental.
- d) Elaborar o Inventário Florestal Urbano e criar o Plano de Arborização Urbana;

III – Desenvolvimento Urbano:

- a) Expansão do perímetro urbano.
- b) Investimentos em infraestrutura urbana (iluminação, pavimentação e saneamento).
- c) Desenvolvimento de projetos sociais, educacionais, culturais e habitacionais.
Construção e reforma de equipamentos comunitários.
- d) Ampliação do programa “Olho Vivo”.

IV – Desenvolvimento Social:

- a) Implantação de Projetos sociais para crianças e jovens.
- b) Investimentos no setor de saúde do município.
- c) Implantar projetos sociais, culturais, ambientais e habitacionais.
- d) implantação de espaços públicos;

V – Desenvolvimento Econômico:

- a) Apoiar as iniciativas que visem o crescimento da economia local, o desenvolvimento sustentável e a geração de empregos.
- b) Valorizar a economia local em toda a extensão e criar oportunidades para o potencial turístico da região.
- c) Criar incentivos fiscais que atraiam novos empreendimentos para a região e que promovam a geração de postos de trabalho.

VI – Gestão Pública:

- a) Criação de diretrizes de planejamento que garantam a função social da propriedade.
- b) Aplicação do IPTU progressivo.
- c) Reativar equipamentos de saúde.
- d) Programas de preservação e recuperação do meio ambiente.

5.2 DIRETRIZES COMUNITÁRIAS PARA O NÚCLEO RURAL

I – Mobilidade:

- a) Melhoria na sinalização das estradas que ligam ao meio rural.

II – Saneamento e Meio Ambiente:

- a) Criar e fortalecer os programas de preservação do meio ambiente (proteção das matas, rios e nascentes) e promover o reflorestamento de matas ciliares.
- b) Construir bolsões de água.
- c) Ampliar o sistema de tratamento de esgoto, contemplando áreas em que não há saneamento.
- d) Normatizar e exigir o tratamento de esgoto sanitário na zona rural;

III – Desenvolvimento Rural:

- a) Dar mais condições à patrulha rural para policiamento das propriedades rurais
- b) Capacitar o produtor rural
- c) Incentivar a criação de corredores ecológicos e áreas de relevante interesse ecológico,
- d) Estabelecer políticas de controle ambiental para as atividades antrópicas que possam provocar degradação do meio ambiente;

IV – Desenvolvimento Social:

- a) Criar incentivo para manter os jovens no meio rural;
- b) Incentivo para lazer no meio rural;
- c) Fortalecer o empreendedorismo rural como forma de incentivar os trabalhadores rurais;
- d) a investir na fabricação e comercialização de produtos artesanais;

V – Desenvolvimento Econômico:

- a) Promover programas de qualificação da mão de obra para o meio rural;
- b) Criar programas de geração de empregos e rendas;
- c) a investir na fabricação e comercialização de produtos artesanais;
- d) Elaborar e normatizar o Licenciamento ambiental simplificado no âmbito municipal para atendimento das atividades de impacto local;

VI – Gestão Pública:

- a) Promover a proteção, recuperação e preservação ambiental das nascentes e cursos d'água;
- b) Estender o atendimento da Emater para alavancar o desenvolvimento da comunidade;
- c) Criar e implantar o Sistema Municipal de Áreas Verdes; Mais recursos para assistência técnica na zona rural. Ex: cursos, palestras e visitas;
- d) Melhorias nas estradas rurais;

ANEXO I

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO PARA FORMAÇÃO TÉCNICA



Lista de Presença

Data: 29 / 10 / 2018

Tema: Formação da Comissão Técnica do Plano Diretor

Local: Secretaria de Meio Ambiente de Indianópolis

Nome/ Contato	Representatividades	Cargo
Carmentina F. F. Franco	Educação (96873944)	Secretária
Rafael de Almeida Jato	TRANSPORTE (996617672)	Secretário
Fabrício Bruno Pereira	COPASA (998247525)	AG. SANEAMENTO
Carlos Tomaz de Souza	COPASA (99824.5942)	AG. SANEAMENTO
JOÃO ANTÔNIO HERCULANO	Tributos (999636969)	AUX. OPERACIONAL
Adairlei A. da Silva Borges	SAPMADS (996573708)	Secretária
Walter Amílcar Barbosa Moreira	EMATER (3245-1450)	Estenógrafo
Isabelle Fagundes	SAPMADS (996564026)	Aux. operacional
Alfonso Borges de Souza	Procuradoria Mun. Indianópolis (496786020)	Procurador
Reginaldo José de Oliveira	SAPMADS (3245-2508)	Servidor
Carlos Roberto dos Santos	Oficial operacional (996665679)	Serviço
Carlos Roberto Soares de Silva	SAROE (32452530)	REC. MUNICIPAL
Marivânia Márcia Borges Jarraro	Sec. Municipal Social	Secretária (9.9662-1426)
Rosiane Goretta	Coord. (999768044)	Coordenadora Social

FOTOS DA REUNIÃO PARA FORMAÇÃO TÉCNICA



Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4



Imagem 5



Imagem 6

FOTOS DA REUNIÃO PARA CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO



Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4

FOTOS DA REUNIÃO PARA CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA SAÚDE



Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4

FOTOS DA REUNIÃO PARA CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE OBRAS



Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3

FOTOS DA REUNIÃO TÉCNICA 1 PARA CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO



Imagem 1



Imagem 2

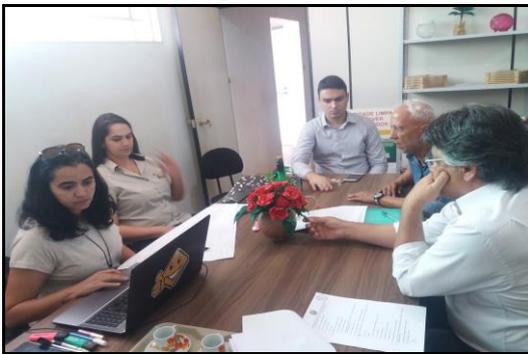


Imagem 3



Imagem 4

OFICINA COMUNITÁRIA PARA CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Lista de Presença

OFICINA COMUNITÁRIA DO PLANO DIRETOR E MOBILIDADE URBANA DE INDIANÓPOLIS - MG

LOCAL: ESPAÇO DO PLANO DIRETOR (SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE)

DATA: 28 DE NOVEMBRO DE 2018

NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
Reginaldo José de Oliveira	S. M. AFMADS	reginaldojoseoliveira5@yahoo.com.br	99463-623	[Assinatura]
Deborah C. Pereira de Resende	Empreiteira	deborahcperesende@hotmail.com	991626050	[Assinatura]
Thais Andersones Aguiar	de Assist Social	thaismages@nate.com.br	99657-106	[Assinatura]
Marcos Vinícius B. Gomes	Ciudad	marcosviniciusgomes@yahoo.com	9662-426	[Assinatura]
Adriane Quarta	Viva dona	adrianequarta@hotmail.com	99700444	[Assinatura]
Paula Regina de S. Mendes	EMI	carlaandricarola@gmail.com	98775-5105	[Assinatura]
Amir dos Reis Sampaio	SMS	amirreis@vov.com.br	991187425	[Assinatura]
Silviana Mendes Paula	EE NSO	silvianamendes@hotmail.com	996656433	[Assinatura]
Helena K. S. do Prado	EE NSO			
João Carlos de Almeida	EE NSO			
Amélia Rita B. de Almeida	EE NSO			
Thalysiane Guimarães Almeida Pereira	EE NSO			
Maíra de S. Almeida	EE NSO			
Carla Emanuella M. Aguiar	EE NSO		9965-114	[Assinatura]
Alciana Silva Rodrigues	EE NSO		99660-6676	[Assinatura]
Leandro Antônio de Siqueira	EE NSO		98777-4942	[Assinatura]
Marcelo Antônio de Siqueira	EE NSO		99657-0872	[Assinatura]
Marcelo Antônio de Siqueira	EE NSO		C. Ceres	[Assinatura]
Cláudia de Fátima Pereira	COPASA	Fatirio.Pereira@copasa.com.br	99742-7525	[Assinatura]
Cláudia de Fátima Pereira	C. B. N. S. O		99937-2514	[Assinatura]
Marcelo de S. Rodrigues	C. B. N. S. O		99835-6686	[Assinatura]
Paulo Sérgio Pereira	C. B. N. S. O	caminhonari@hotmail.com	99838-6644	[Assinatura]
Janete C. Oliveira	C. B. N. S. O		8490-3465	[Assinatura]
Anderson Duarte Duarte	C. B. N. S. O		91670192	[Assinatura]
Marcelo C. V. Pereira	C. B. N. S. O		99770216	[Assinatura]
Duocenna Ap. de Oliveira	C. B. N. S. O		99916-6818	[Assinatura]
Ana Carolina Formoso de Paula	C. B. N. S. O			[Assinatura]

FOTOS DA OFICINA COMUNITÁRIA PARA CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO



Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4

FOTOS DA REUNIÃO TÉCNICA 2 PARA CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO



Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3

FOTOS DA REUNIÃO PARA CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO



Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO NO CAMPO ALEGRE PARA CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Data 08/01/19





Lista de Presença

Tema: <u>Proposta dos moradores da Região do Campo Alegre</u>			
Local: <u>Conselho Comunitário de Campo Alegre</u>			
Nome	Telefone	Representatividade	Cargo
<u>Raldineo Fabril Senzo</u>	<u>93566-1187</u>	<u>AS.R. DAS FURNAS</u>	<u>Associado</u>
<u>CARLOS HENRIQUE BORGES</u>	<u>32240228</u>	<u>11</u>	<u>Associado</u>
<u>Leandro F. Lima</u>	<u>99794-0938</u>	<u>11</u>	<u>ASSOCIADO</u>
<u>Sumara Vaz Lima</u>	<u>999785118</u>		<u>PROBATOR</u>
<u>Adriana Aparecida</u>	<u>984179533</u>	<u>11</u>	<u>Associada</u>
<u>Regina Maria</u>	<u>992545657</u>		
<u>Uirapuru B. Alves</u>	<u>99656-8898</u>	<u>Produtor Rural</u>	
<u>Deival A Souza</u>	<u>999767773</u>	<u>PRODUTOR RURAL</u>	
<u>Andresson F. Santos</u>	<u>999669937</u>	<u>LOTEADOR</u>	
<u>Anderson</u>	<u>999168934</u>		
<u>Wagner de Souza</u>	<u>9999-2277</u>	<u>Produtor Rural</u>	
<u>ERIBERTO DOMINGOS</u>	<u>99991-3565</u>	<u>ERLENHEIM</u>	
<u>Wagner A. da S.</u>	<u>991161915</u>	<u>AS. R. DAS FURNAS</u>	<u>Produtor</u>
<u>Carla Mendes</u>	<u>98875-5105</u>	<u>Venadora</u>	<u>Venadora</u>
<u>João Senandes</u>	<u>99963-6030</u>	<u>Prod. Rural</u>	
<u>João de Deus</u>	<u>99914071</u>	<u>AMPARO</u>	
<u>Regis Nery</u>	<u>999712110</u>	<u>AMPARO</u>	
<u>Moacir</u>			
<u>John Aparecido</u>	<u>991950091</u>	<u>Residente Campo Alegre</u>	
<u>John Nery</u>			
<u>Jose Peres</u>			
<u>Emil Steinhilber</u>			
<u>Dirceu de Souza</u>	<u>99996-5444</u>		
<u>Deuza P. Souza</u>			
<u>Sélio Borges</u>	<u>996905110</u>	<u>FARMACIA</u>	<u>ATUANTE</u>
<u>Wagner</u>	<u>99960899</u>		<u>Proprietário</u>
<u>Wagner</u>	<u>996624779</u>	<u>FZ. POSSES</u>	<u>PROBATOR</u>
<u>ALDO A. FERREZ</u>	<u>996624779</u>	<u>FZ. POSSES</u>	
<u>Wagner</u>			
<u>Wagner</u>			
<u>Clóvis Oliveira</u>	<u>988496930</u>	<u>FAZ. ESCURANA</u>	<u>PROD. RURAL</u>
<u>Aquinaldo Pereira</u>	<u>996610776</u>	<u>FAZ. POSSES</u>	<u>pecuarista</u>
<u>Emerson Carlos</u>	<u>1019199649445</u>		<u>pedreiro</u>
<u>Rita de Cassia</u>	<u>11</u>		
<u>Orivaldo P. Barichiel</u>	<u>999391915</u>		<u>capiteiro</u>
<u>Sumara Barichiel</u>	<u>992740735</u>	<u>fazenda furnas</u>	<u>produtor rural</u>

FOTOS DA REUNIÃO NO CAMPO ALEGRE PARA CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO



Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4

Fotos da Reunião 1 para Alinhamento das Diretrizes



Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4



Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4

Fotos da Reunião para as Propostas do Plano Diretor



Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4



Imagem 5

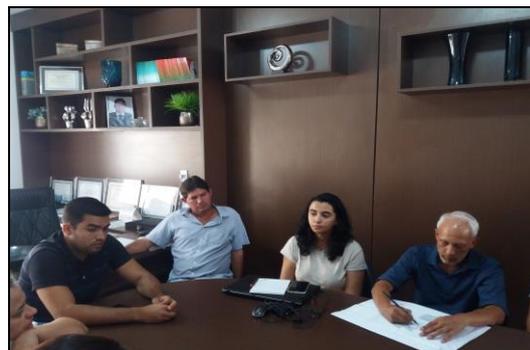


Imagem 6

Fotos da Reunião para a Mobilidade Urbana



Imagem 1



Imagem 2

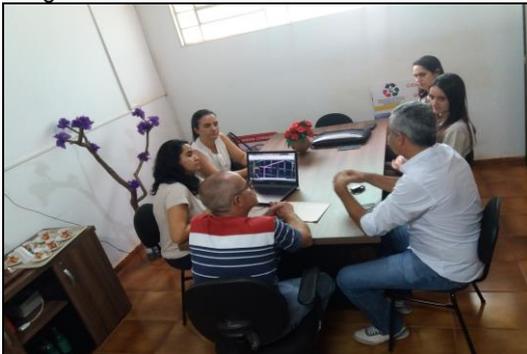


Imagem 3



Imagem 4

ANEXO II



LISTA DE PRESENÇA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E COLHER SUBSÍDIOS PARA A PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE INDIANÓPOLIS - MG

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL
DATA: 06 DE NOVEMBRO DE 2018

NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
GRANDETON PIRES	EPS CONSULTORIA	CONTATO@PSA-EMIL.COM	9997-1176	
CRISTIANE O SANTO	Assoc. Meio Ambient	crislian@osantos7@gmail.com	99362-538	
OSWALDO F. BONFANT	MAÇONARIA	oswaldofb@maç33@gmail.com	99978-3185	
VALERIA DOS REIS CARDEOSO	Educação	valvega@gmail.com	99938-3944	
CELESTINA BAPTISTA	COPASA	celce@copasa.com.br	99668-008	
STANISLAU MARCIA S. RODRIGUES	FAZENDA	roseta@recondo123@gmail.com	9999-92082	
JOSÉ AP. B. FERREIRA	II	---	99368641	
(STANISLAU RODRIGUES)	---	---	99414210	
GUARUZA CRISTINA F. S. DOMINGOS	Escola	---	998556745	
ANDRÉA FERNANDA DO SILVA (MAY)	Escola	---	99777444	
MARGARETH MORAES DE AQUINO	SMS	---	9956-0922	
RAFAEL CALMON PEREIRA	S.M.E.	rafaelcalmon@uol.com.br	9959-3249	
CRISTIANE S. S. SOARES	SME	cris@cris.com.br	96873944	
BRUNO DE SOUZA BRANCO	Assoc. Ambiental	brunobranco@brunobranco.com.br	99867252	
EDUARDO T. CHAVES	Proteção Ambiental	eduardo@protecao.com.br	996578534	
VALÉRIA A. REIS DA SILVA	---	valeria@reisdasilva.com.br	996578534	
ANA JULIA RIBEIRO	Educação	anajul@anajul.com.br	99865-1569	
CRISTINA FERREIRA DE LIMA	---	cris@cris.com.br	99997-5539	
VALERIA SOARES DE OLIVEIRA	---	valeria@valeria.com.br	99780-2988	
ADRIANA S. PAULINO	---	adriana@adriana.com.br	99971-0407	
FRANCISCA DOS SANTOS	---	---	---	
FRANCISCA DOS SANTOS	---	---	---	

LISTA DE PRESENÇA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E COLHER SUBSÍDIOS PARA A PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE INDIANÓPOLIS - MG

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL
DATA: 06 DE NOVEMBRO DE 2018

NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
Carla Rosendo Simandio	S.M.M.T	carla@smmt.org.br	99679.6035	
Carla Rosendo Simandio	Vereadora	carla@smmt.org.br	99679.6035	
Carla Rosendo Simandio	Vereadora/PCS	carla@smmt.org.br	99679.6035	
Carla Rosendo Simandio	FUNÇÃO NADA PARA		99679.6035	
Carla Rosendo Simandio	CNIG	TULIO PEREIRA@CNIG.COM	99679.6035	
Carla Rosendo Simandio	Opção Operacional		99679.6035	
Carla Rosendo Simandio	Procurador do Município	afonso@procuradoria.org.br	99679.6035	
Carla Rosendo Simandio	SEER. ATUAC		99679.6035	
Carla Rosendo Simandio	ABRPECUARISTA		99679.6035	
Carla Rosendo Simandio	Empresário	adriana@presende@hotmail.com	99679.6035	
Carla Rosendo Simandio			99679.6035	
Carla Rosendo Simandio	Rochas Consultoria	ROCHAS@CONSULTORIA	(31) 3255-2995	
Carla Rosendo Simandio	Ambiental	AMBIENTAL.COM.BR	99679.6035	
Carla Rosendo Simandio	Sec. Meio Ambiente	maui@maui.org.br	99679.6035	
Carla Rosendo Simandio	Sec. Saúde	saude@maui.org.br	99679.6035	
Carla Rosendo Simandio	Sec. Planejamento	planejamento@maui.org.br	99679.6035	
Carla Rosendo Simandio	Procurador	procurador@maui.org.br	99679.6035	
Carla Rosendo Simandio	Procurador	procurador@maui.org.br	99679.6035	



LISTA DE PRESENÇA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E COLHER SUBSÍDIOS PARA A PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE INDIANÓPOLIS - MG

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL
DATA: 06 DE NOVEMBRO DE 2018

NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
Carlos Emanuel M. Aguiar	E.E.N.S.O	leomandrey@bol.com.br	341 94690-118	Carlos Emanuel
Jaqueline Brito de Jesus	E.E.N.S.O		99732421	Jaqueline Brito
Denise Brito do Amorim	E.E.N.S.O		99691887	Denise Brito
Polli Soares de Jesus Duarte	E.E.N.S.O			Polli Soares
Denilson Moura				Denilson Moura
JAMIL DOS REIS SANTO	E.M.I	JAMILREIS@VOL.COM.BR	393197469	JAMILREIS
Comunidade Católica do Sítio Boa Vista		Rafael Brito 289 @hotmail.com	28 89-3849	Rafael Brito
Guerra Gracina Pedreira	S.M.S	Guerra Gracina @hotmail.com	79174-0747	Guerra Gracina
APOLTON BORGES APONTO	PREFEITURA	apoltonborges@yaho.com.br	99636858	apoltonborges
Rafael Almeida Aze	PREFEITURA	JACO@MUNIC.COM.BR	99661762	JACO
Flávia de Jesus	PREFEITURA		99661762	Flávia de Jesus
Renata Borges Almeida	PREFEITURA	renatalborges@mandu.com.br	99661762	Renata Borges Almeida
Alivaldo José de Jesus	S.M.A.P.M.A.D.S	alivaldo@povo.com.br	99661762	Alivaldo José de Jesus
Monica Eduardo R. Ventura		monicaeduardo@povo.com.br	99661762	Monica Eduardo R. Ventura
Elson de Jesus	Associação		9658265	Elson de Jesus
Carolina Colombara	E.E.N.S.O		99661762	Carolina Colombara
Luiz de Jesus Moura				Luiz de Jesus Moura
Guilherme Brito de Jesus	E.E.N.S.O		99661762	Guilherme Brito de Jesus
Alivaldo Brito de Jesus	E.E.N.S.O		99661762	Alivaldo Brito de Jesus
Mathias Alves de Jesus	E.E.N.S.O		99661762	Mathias Alves de Jesus
Monica Ventura Costa	E.E.N.S.O		99661762	Monica Ventura Costa
Gabriella Vitória da C. Santos	E.E.N.S.O		99661762	Gabriella Vitória

LISTA DE PRESENÇA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

<p style="text-align: center;">LISTA DE PRESENÇA</p> <p style="text-align: center;">1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR E MOBILIDADE URBANA DE INDIANÓPOLIS-MG</p> <p style="text-align: center;">TEMA: Lançamento e apresentação da elaboração do Plano Diretor e de Mobilidade Urbana de Indianópolis/MG</p> <p style="text-align: center;">DATA: 06 de novembro de 2018</p> <p style="text-align: center;">LOCAL: Câmara Municipal</p>				
	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE
1	RAFAEL C. ALVES	E.E.N.S.O		0349992-6728
2	mauri Elias do Brasil	P.P.N.S.O		
3	Armando do Espírito Santo	E.E.N.S.O		
4	Alcides AP. de Oliveira	P.P.N.S.O		
5	William Costa Monteiro	E.E.N.S.O		
6	Ricardo Junio de Lima	E.E.N.S.O		
7	Thayane Aparecida	P.P.N.S.O		
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				

LISTA DE PRESENÇA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

<p>LISTA DE PRESENÇA</p> <p>1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR E MOBILIDADE URBANA DE INDIANÓPOLIS-MG</p> <p>TEMA: Lançamento e apresentação da elaboração do Plano Diretor e de Mobilidade Urbana de Indianópolis/MG</p> <p>DATA: 06 de novembro de 2018</p> <p>LOCAL: Câmara Municipal</p>			
	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE
27	<i>[Handwritten signature]</i>	E.E.N.S.O	
28	<i>Alto C. Rodrigues</i>	E.E.N.S.O	
29	<i>CHALEZ CAEIRO</i>	E.E.N.S.O	
30	<i>[Handwritten signature]</i>	E.E.N.S.O	
31	<i>[Handwritten signature]</i>	E.E.N.S.O	
32	<i>[Handwritten signature]</i>	E.E.N.S.O	
33	<i>[Handwritten signature]</i>	E.E.N.S.O	
34	<i>[Handwritten signature]</i>	E.E.N.S.O	
35	<i>[Handwritten signature]</i>	E.E.N.S.O	
36	<i>[Handwritten signature]</i>	E.E.N.S.O	
37	<i>[Handwritten signature]</i>	E.E.N.S.O	
38	<i>[Handwritten signature]</i>	E.E.N.S.O	
39	<i>[Handwritten signature]</i>	E.E.N.S.O	
40			
41			
42			
43			
44			
45			
46			
47			
48			
49			
50			
51			
52			

FOTOS DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA



Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4



Imagem 5



Imagem 6



Imagem 7



Imagem 8

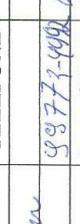
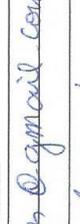
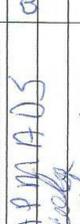
ATA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR DE INDIANÓPOLIS – MG

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito às dezoito horas e trinta minutos, no auditório da Câmara Municipal de Indianópolis, na rua Saint Clair de Melo, 207 - Centro, Indianópolis - MG, iniciou-se o credenciamento de participantes da primeira Audiência Pública do Plano Diretor Municipal conforme lista de presença anexa a presente ata. Compuseram a mesa para abertura oficial, o Presidente da Câmara Welbemar Xavier, o Prefeito Lindomar Borges Amaro, o Vice - Prefeito Anidson, a Secretária de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SAPMADS, Adairlei Aparecida da Silva Borges e a Engenheira Jéssica M. Morais Ruiz, representante da equipe técnica da Empresa Planari Consultoria Ambiental. Secretários e Assessores municipais, Diretores de Departamento e Coordenadores dos órgãos da administração municipal, e as demais autoridades, representantes de órgãos de comunicação, lideranças comunitárias, movimentos sociais, e representantes da comunidade indianopolense. O Presidente da Câmara de Vereadores Welbemar Xavier deu início à abertura da Audiência Pública, dando boas vindas aos presentes e destacando a importância do Plano Diretor para o Município. Com a palavra, a Engenheira representante da Planari discorre sobre a importância da participação dos cidadãos indianopolenses na confecção do Plano Diretor do município. A seguir, fez uso da palavra o Prefeito Lindomar Amaro dando boas vindas aos participantes e destacando que os trabalhos serão realizados por meio de consultoria juntamente com a Equipe Técnica Municipal – ETM, nas preliminares do plano de trabalho para a Lei maior do Município, que fixará diretrizes de desenvolvimento para os próximos dez anos enfatizando a importância das normas técnicas a serem seguidas por todos os setores. Destaca a presença dos alunos e do diretor da E.E. Nelson Soares de Oliveira. Após cumprimento dos demais, desfez-se a frente de honra para iniciar os trabalhos da pauta. Com a palavra, a Engenheira da Planari Verusca F. Oliveira, explica a função de um Plano Diretor dizendo que em Indianópolis será feito um estudo de cada setor para crescimento ordenado e desenvolvimento sustentável de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo, bem como as diretrizes para implementação da Lei Diretiva Municipal. Cita que serão feitos estudos de caso de cada setor direcionados de acordo com as leis vigentes. Destaca a importância da participação da população, pois, cada morador do município sabe dos problemas da sua rua, do seu bairro, das empresas que estão chegando, enfim enfatiza que o plano visa promover o desenvolvimento sustentável para garantir que, os recursos sejam bem aplicados. Explica que essas diretrizes são recomendações do Ministério Público e serão implementadas com vistas ao desenvolvimento turístico no entorno do Lago de Miranda. A Engenheira Jéssica fez a apresentação das etapas e estudos preliminares e discorre sobre como será feito o diagnóstico para confecção das diretrizes do Plano, sendo mister ser feito de forma bem integrada. Cita que o Plano Municipal de Saneamento Básico construído no ano de dois mil e dezesseis, auxiliará nas questões hídricas e sanitárias do município. Com a palavra, o Arquiteto e Urbanista Glauco Ribeiro discorre sobre o Plano de Saneamento Básico e Zoneamento de acordo com as suas características por áreas de interesse social, para que não haja o crescimento desordenado. Pondera sobre a importância da Lei de Uso e Ocupação do Solo para parcelamento e

zoneamento urbano para proteção de áreas inadequadas a ocupação urbana, regularização dos bairros, regularização dos usos e atividades. Destaca a importância do estudo e planejamento das áreas de maior densidade populacional, áreas de risco, controle de tráfego, além dos potenciais de construção de cada zona, industrial, comercial, turística e uso misto. Menciona que dentro do parcelamento do solo há questões como a construção de novos loteamentos e a regularização dos loteamentos existentes dentro das diferentes características sociais, ou seja, loteamentos abertos, fechados e vinculados, voltados aos interesses de habitação social como o minha casa minha vida, além das padronizações dos tipos de vias de tráfego. O Arquiteto cita ainda que serão definidos os índices de áreas verdes dentro de cada loteamento, definir as áreas de interesse municipal, ou seja, institucionais, além das áreas loteáveis, criando o processo de licenciamento com diretrizes para os loteamentos definidos pelas secretarias municipais, bem como a fiscalização e penalidades para o descumprimento dessas diretrizes. A Geógrafa e Urbanista Nadia Cristina dos Santos Sudário, apresenta a função do Plano de Mobilidade Urbana, pondera sobre os direitos de ir e vir de forma segura de cada cidadão, que também tem o dever de ordenar e organizar a cidade. Cita os passos para elaboração do Plano onde estarão estabelecidas as diretrizes da mobilidade dentro das cidades para se transitar de forma segura. Faz referência à Lei 12.587/2012, que estabelece a obrigatoriedade desses Planos de Mobilidade em Áreas Especiais como é o caso de Indianópolis. Discorre sobre as etapas do Plano de Mobilidade e de suas modalidades de transporte no município. Explica que, serão feitas oficinas temáticas, levantamento diagnóstico dos pontos críticos de trânsito, bem como verificadas a necessidade de instalações de instrumentos urbanos como por exemplo as travessias elevadas em conformidade com as normas, buscando atender aos anseios populares. Fala da possibilidade de parceria público/privada e de gestão democrática, bem como dos equipamentos urbanos a serem instalados como semáforos, placas informativas, etc.. A Geógrafa diz que, a cidade deve ser pensada para idosos, cadeirantes, gestantes, carrinhos de bebês. Menciona o processo de instalação das lixeiras, de pavimentação e pondera que tudo isso é mobilidade. Fala da inteligência territorial, baseada em conhecer Indianópolis, nas áreas rurais e urbanas e os seus potenciais atuais e futuros aliados a prática ambiental, com resgate histórico aliado à qualidade de vida. A Engenheira Verusca convida a todos a conhecerem o "Espaço do Plano" junto a Secretaria de Meio Ambiente, aberto para sugestões, apresenta a Comissão de Trabalho - CT, formada por funcionários públicos das secretarias de: Saúde, Educação, Assistência Social, Transporte, Tributos, Meio Ambiente, COPASA e EMATER, sendo assim estabelecida: 1) Adairlei A. da Silva Borges (Secretária de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável); 2) Afonso Borges de Souza (Procurador Municipal de Indianópolis); 3) Carlos Ferreira Borges (Agente de Saneamento da Copasa); 4) Carmem Lucia F. F. Franco (Secretária Municipal de Educação); Fabrício Bruno Pereira (Agente de Saneamento da Copasa); 5) João Antônio Herculano (Auxiliar Operacional de Tributos); 6) Jocelaine Fagundes (Secretária de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável); 7) Marivânia Márcia Borges Amaro (Secretária de Assistência Social); 8) Marco Aurélio Borba Moreira (Extensionista da

EMATER). Convida os presentes para comporem a Comissão de Acompanhamento - C.A do Plano Diretor. Na sequência, a mesma declarou instituída a C.A do PDMU de Indianópolis, a partir de hoje assim constituída: 1) Adriana Campos (Empreendedora); 2) Adriana Ferreira Paulino (Estudante do Curso de Engenharia Ambiental da Faculdade Pitágoras); 3) Andreia de Souza Oliveira (Rochas Consultoria Ambiental); 4) Bianca Cristina R. S. Loureiro (Estudante de Ensino Médio da E.E. Nelson Soares de Oliveira); 5) Cícero Marcos Santos Silva (Diretor da E.E. Nelson Soares de Oliveira); 6) Cristiane G. dos Santos (Projeto Aroeira); 7) Jamir dos Reis (Professor da Escola Municipal de Indianópolis); 8) Janízio Moacir Vaz de Resende (Agricultor - Fazenda União); 9) Jean Ferreira Medeiros (Funcionário da Secretaria Municipal de Saúde); 10) Renata Borges Fernandes (enfermeira); 11) Rui Pereira de Resende (Agropecuarista); 12) Tobias Fernandes da Cunha (Professor da E.E. Nelson Soares de Oliveira); 13) Tulio Ribeiral Pereira (Analista de Meio Ambiente da ENGIE). Todos foram convidados para a próxima reunião dia 14/12, e foi aberto espaço para sugestões e observações. O Analista de Meio Ambiente Túlio Ribeiral Pereira, representante da ENGIE - Usina de Miranda, reforça a parceria da empresa com o município e convida para uma visita à Usina de Miranda. O Funcionário Público Reginaldo José de Oliveira, ressalta a importância do Plano Diretor Municipal. O diretor da E.E.N.S.O. Cícero Marcos dos Santos Silva, destaca a parceria da escola, sobretudo com a disciplina de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável, na participação na construção do PMDU. O Produtor Rural Rui Pereira de Resende, fala do valor das terras rurais para o descanso e diz que a construção de um condomínio de lazer seria importante atrativo turístico para o município. A Secretária de Meio Ambiente Adairlei agradece a todos e reforça a importância do turismo ecológico e sustentável na área do entorno do Lago de Miranda. Diz que no entorno do Lago está sendo apresentado um levantamento para a promotoria com intuito de formação de uma Zona Urbana de Interesse Turístico, pois, trata-se de uma área valiosa a ser ocupada de forma sustentável, atendendo a população de Indianópolis e região. Fala da preocupação da administração de planejar e colocar diretrizes para esta área, bem como qual seria as formas de ocupação e utilização do reservatório de acordo com direcionamento do Ministério Público. Em nome da Planari a Engenheira Verusca agradece a parceria com o Município e participação da população. O Prefeito agradece a presença de todos e o interesse da população em participar desse Plano. O Presidente da Câmara agradece o empenho de todos parabenizando a participação popular e encerra a seção. Estiveram presentes 193 (cento e noventa e três) pessoas que registram presença em lista na fase de credenciamento.

LISTA DE PRESENÇA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
Adairli A. Silva Borges	SAPIMAS	adairliaborges@gmail.com	93773-999	
Francisco Antonio de Silva Camp. Escobar	CEB. Wilson Escobar	franciscoantonio123@yahoo.com.br	94662-7925	
Agostinho Baptista de Jesus	CEB Nelson Soares	batistaagostinho1542@gmail.com	9973-2421	
Paulo Roberto José Antonio de Paula Neto	CEB Nelson Soares	neto@yaho.com	9973-7192	
Adriana C. Pereira Resende	Câmara Municipal	adrianaresende@yahoo.com.br	9823-4031	
Paula PEREIRA DE RESENDE	Empreendedor	adrianaresende@hotmail.com	96736050	
Marcos Aurélio Rodrigues	Abra P. C. N. B. S. A.		99661-340	
Marcelo Antonio do Amaral	F. E. N. S. O	marceloab@ig.com	99895887	
Christiane Dias de Oliveira	G. E. N. S. O	oliveira@ig.com	99689-087	
Marcelo João de Jesus	Comarca	castrocomedios76@hotmail.com	99407945	
Elmar Ferreira	Comarca		9971-5495	
Rogério do Espírito Santo	Comarca	reginaldo@ig.com	9971-9184	
Luiz Roberto Pereira	Comarca	reginaldo@ig.com	9658-2695	
Paulo Henrique Santos Fajta	Comarca	reginaldo@ig.com	99620-023	
Georgina de Souza	Comarca	Tulio Ribeiro@ig.com	99600-6640	
Georgina de Souza	Comarca	PHSF@HOTMAIL.COM	99339338	
Carvalho Ribeiro	Comarca	gmaofonseca@gmail.com	4893940222	
Carvalho Ribeiro	Comarca	gmaofonseca@gmail.com	999-18194	
Carvalho Ribeiro	Comarca	gmaofonseca@gmail.com	9979-6232	
Carvalho Ribeiro	Comarca	gmaofonseca@gmail.com	98660-7007	
Carvalho Ribeiro	Comarca	gmaofonseca@gmail.com	99708116	
Carvalho Ribeiro	Comarca	gmaofonseca@gmail.com	99993-7898	
Carvalho Ribeiro	Comarca	gmaofonseca@gmail.com		

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DIAGNÓSTICA DO PLANO DIRETOR E MOBILIDADE URBANA DE INDIANÓPOLIS - MG

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

DATA: 14 DE DEZEMBRO DE 2018

FOTOS DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA



Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4



Imagem 5



Imagem 6



Imagem 7



Imagem 8

ATA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR DE INDIANÓPOLIS - MG

Aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove às dezenove horas, no auditório da Câmara Municipal de Indianópolis, na Rua Saint Clair de Melo, 207 - Centro, Indianópolis - MG, iniciou-se o credenciamento de participantes da segunda audiência pública do Plano Diretor Municipal conforme lista de presença anexa a esta ata. A abertura oficial foi feita pela Engenheira Jéssica M. Morais Ruiz, representante da equipe técnica da Empresa Planari Consultoria Ambiental, agradecendo a presença de todos. Explica que a audiência foi marcada para apresentar o diagnóstico preliminar sobre os principais temas a serem abordados no Plano Diretor e Mobilidade Urbana de Indianópolis. Enfatiza que o diagnóstico é uma leitura descritiva da realidade atual e município como, por exemplo, infraestrutura, dentre outros segmentos, feito pela equipe técnica para análise das comissões de trabalho e acompanhamento. Esclarece que foram feitas reuniões técnicas e registradas na secretaria de saúde, educação, meio ambiente, além da oficina no espaço destinado ao Plano, aberta para os cidadãos exporem os principais problemas da comunidade. Destaca a apresentação sobre mobilidade feita pelos os alunos da E. E. Nelson Soares de Oliveira e diz que eles fizeram um trabalho Brilhante. Diz que, além dessas atividades foram feitas visitas técnicas, trabalhos de campo e vistorias nos loteamentos para formular o diagnóstico, abrangendo, infraestrutura, saneamento básico, meio ambiente, políticas sociais, ordenamento territorial e mobilidade urbana. Narra que dentro da infraestrutura foi trabalhado abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e resíduos sólidos. Cita que o abastecimento de água no município é feito pela COPASA - MG e atende cem por cento da população com mil setecentos e quinze ligações, com uma captação superficial e três subterrâneas sendo bombeadas de dez a doze horas/ dia no Córrego Lava Pés, totalizando setecentos e noventa e cinco mil litros de água diariamente. Conta que depois da captação a água vai para a estação de tratamento e a água vai para dois reservatórios, um elevado e um apoiado indo em seguida para a rede de distribuição. Sobre o esgotamento sanitário cita que é de responsabilidade da prefeitura municipal e coleta noventa e oito por cento do esgoto gerado sendo atualmente mil oitocentos e setenta e oito ligações e duzentos e oitenta e oito poços de visitas que possibilitam a manutenção. Fala que o esgoto gerado em Indianópolis não recebe nenhum tipo de tratamento, mas existe um projeto para uma Estação de Tratamento de Efluente - ETE, o terreno já foi adquirido e o projeto aprovado pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, e que a prefeitura está aguardando a liberação do recurso para dar início a ETE. Esclarece que o lançamento do esgoto é feito em dois pontos, Córrego Lava Pés e Córrego Manuel Velho, sendo alvo de várias reclamações dos moradores próximos a essas regiões, além dos processos erosivos. Dessa forma, a engenheira descreve que os principais problemas relacionados ao esgotamento são: a inexistência de tratamento de esgotamento, as ligações irregulares que aparentemente foram solucionados em 2015, e os tamponamentos dos poços de visitas pela própria população, o que dificulta o trabalho de manutenção. Segundo ela, a drenagem Pluvial é problema em todos os municípios, e é de responsabilidade da prefeitura municipal, atende cerca de quarenta por cento do município e possui seis mil duzentos e dez metros de rede, tendo como principais problemas a obstrução das bocas de lobo por resíduos

sólidos, processos erosivos e a falta de dissipador de energia para quebrar a velocidade do escoamento da água. Pronuncia que em relação as estradas da zona rural as medidas a serem adotadas são: a recuperação e conservação, criação e manutenção das curvas de níveis, além de cordões de segurança. Diz que a coleta de resíduos sólidos é de responsabilidade da prefeitura municipal que atende cem por cento da população e recolhe atualmente quase cinco toneladas de resíduos, dentre os quais estão os resíduos sólidos domiciliares, limpeza urbana, resíduos da varrição capina e roçada, limpeza das bocas de lobo, resíduos da construção civil, dos materiais recicláveis, dos serviços de saúde e passíveis de logística reversa. Narra que os recicláveis são direcionados ao galpão para o programa da coleta seletiva, sendo o restante destinado ao aterro controlado, pois, há previsão de construção do aterro sanitário no próximo ano. Com a palavra a Secretária da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SAPMADS, Adairlei discorre sobre recreação pública e praças, arborização urbana, Áreas de Preservação Permanentes - APPs, entorno do lago e os principais programas da SAPMADS, conta que ao todo o município possui quatro praças, no entanto a Praça Emília Florisbela em frente ao Ginásio Jorge Rafael é um caso a parte, as praças Ana Alves Rangel, Lina Mendes e Urias José da Silva, precisam ser revitalizadas e criadas novas áreas de lazer, no entanto, é preciso pensar em áreas verdes nos condomínios e loteamentos que serão criados. Diz que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a arborização urbana no município é de oitenta e três e meio por cento, ou seja, é uma cidade com boa porcentagem de árvores, porém há um projeto de arborização para substituição de espécies que foram plantadas indevidamente com raízes que danificam calçadas por exemplo. Fala que o cerrado é a vegetação que predomina no município, mas que há na zona rural e no entorno do lago, vegetação de mata atlântica que deve ser tratada de forma diferenciada. Cita que nas áreas no entorno dos córregos Lava Pés e Manuel Velho, devem ser feitos corredores ecológicos e parques lineares. Explica que há uma rede considerável de córregos no entorno do Lago que devem ser preservados dentro da proposta turística para essa área, e que já está em andamento junto ao Ministério Público. Narra que o entorno será dividido em zonas dependendo do tipo de ocupação. Elucida o programa de coleta diferenciada que tem atendido a população, retirando em torno de seis toneladas por mês de resíduos que seriam destinados ao aterro controlado, graças à colaboração da comunidade indianopolense. Conta que está sendo desenvolvido pela SAPMADS um Programa de Educação Ambiental em conjunto com as escolas da rede pública, financiado pelo Ministério Público desde do ano dois mil e dezessete, em que são trabalhados temas referentes ao meio ambiente com calendário programado anualmente e que obtém - se bons resultados em parcerias com as escolas. A Geógrafa Andreia pondera sobre políticas sociais com temas sobre, saúde, educação, cultura, esporte, turismo e lazer, ação social e segurança pública. Fala que o município de Indianópolis participa do Sistema Único de Saúde – SUS e possui um total de sete estabelecimentos de saúde em funcionamento sendo todos eles públicos, contando com três Unidades Básicas de Saúde UBS, um Posto de Saúde, uma Unidade de Pronto Atendimento, um Núcleo Ampliado de Saúde da Família e uma Unidade de Vigilância em Saúde Sanitária. Explica que as campanhas federais, estaduais e municipais são feitas em

todas as UBS, inclusive na zona rural do Angico e Campo Alegre. Aclara que são feitas capacitações e treinamentos constantes com os profissionais da saúde, além do trabalho de atendimento especializado pelo Núcleo Ampliado de Saúde da Família – NASF que atua de forma integrada com todas as UBS. Comenta que em relação à educação, o município possui um Centro Esportivo Municipal de Educação Infantil – CEMEI Criança Feliz: Creche em tempo integral, a Escola Municipal de Educação Infantil Tupiniquim Ensino Fundamental Um, o Centro Municipal de Nucleação Educacional Rural – CMNER Pedro Joaquim Pereira localizada na região rural Campo Alegre com Ensino Fundamental Um, o Centro Municipal de Nucleação Educacional Rural – CMNER José Barbosa de Miranda localizada na região rural do Angico com Ensino Fundamental Um e Dois e a Escola Municipal de Indianópolis com Fundamental Dois e EJA, que coabita em mesmo prédio com a Escola Estadual de Ensino Médio Nelson Soares de Oliveira com Ensino. Explana sobre os programas e projetos desenvolvidos nas escolas em parceria com as secretarias de saúde e meio ambiente, ação social e que as secretarias municipais possuem bom comunicação e funcionam em rede desenvolvendo boas parcerias e projetos. Esclarece que a Escola Estadual Nelson Soares de Oliveira está funcionando em tempo integral e que quatro alunos foram contemplados com bolsas de pesquisa de iniciação científica através de parceria com a Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Elucida que além da parceria com a UFU há parcerias com a FUCAMP - possibilitando a construção de uma horta na escola em a produção é utilizada no lanche e almoço dos alunos, além de uma parceria com a Secretaria de Educação Federal que proporciona aos alunos formarem uma empresa dentro da escola para desenvolvimento do primeiro negócio. Discorre sobre a Igreja de Santana, patrimônio cultural, tombada pela Prefeitura Municipal de Indianópolis por sua importância para a cidade e diz que o casarão antigo próximo a igreja também está sendo tombado para construção da Casa da Cultura e do Museu do Índio. Cita que está sendo feito um inventário sobre as festas tradicionais como a Folia de Reis, o Carnaval municipal, a Festa de Maio, a Festa Junina, a Cavalhada. Narra que a Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer promoveu a comemoração do Dia da Independência com a realização dos Jogos da Pátria, promovidos pela Prefeitura Municipal, por meio da parceria entre as Secretarias de Educação e Cultura, Secretaria de Esporte Turismo e Lazer, e Secretaria de Trânsito e Transporte. Comenta que a cidade conta com um campo de futebol denominado Sergio Pacheco e duas quadras poliesportivas na cidade, e uma na zona rural, porem, estavam sem uso por falta de reforma, então, foram feitas melhorias na Quadra da Comunidade do Angico na zona rural bem como no Ginásio Poliesportivo Jorge Rafael que estava em desuso ha mais de cinco anos e também no Ginásio de Múltiplo Uso, para a prática de esportes coletivos como o futsal, handebol e voleibol, onde foi possível desenvolver campeonatos de vôlei nas férias e futsal de alunos e veteranos. Conta que houve no Campo Sérgio Pacheco campeonato regional com as cidades que fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento Sustentável – RIDES, além de escolinhas de futebol que proporcionam esporte aos jovens do município, o que possibilitou que um dos jovens passasse na primeira etapa de seleção de jogadores do Praia Clube em Uberlândia-MG. Diz que em relação ao turismo, os patrimônios naturais como as cachoeiras e o Lago de Miranda estão sendo

inventariados, pois, são fontes de preservação e de investimento em turismo ecológico e lazer. A seguir discorre sobre a secretaria de Ação Social, dentro da qual funcionam o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, o Conselho Tutelar, o Centro de Múltiplo Uso e o Centro de Convivência do Idoso, nos espaços destinados a Assistência Social funcionam oficinas de fanfarra, aulas de artesanato, inclusive no Clube de mães no Centro Comunitário do Campo Alegre com boa integração com zona rural, encontros regionais uma vez por mês para os idosos, aulas de dança, aulas de caratê e todas as comemorações anuais em parceria com as escolas como dia das mães, dos pais, etc.. Destaca que a Segurança Pública de Indianópolis é feita pela Polícia Militar de Minas Gerais, possui um Posto de atendimento com duas viaturas, com o efetivo de dez policiais e um secretário e um Eventual para limpeza. Enfatiza a Polícia Militar desenvolve o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD que consiste em um esforço cooperativo estabelecido entre a Polícia Militar, a Escola e a Família e que não há ocorrências graves, pois, a cidade conta com rondas e patrulhamento rural e urbano. Com a palavra o arquiteto Glauco fala que em relação ao ordenamento territorial e urbanístico foram feitas várias visitas a campo na cidade e na zona rural em Indianópolis, no entorno do lago e nos córregos Manuel Velho e lava pés, além de caminhadas por praticamente todas ruas da cidade em busca de problemas de infraestrutura para montar o diagnóstico de forma mais abrangente. Na sequência, salientou que os córregos urbanos são um grande potencial que com a ampliação do perímetro urbano deverá abranger também o Córrego da Bernarda, e de acordo com o levantamento Indianópolis não possui nenhuma lei que rege o parcelamento do solo e nem a lei de uso e ocupação do solo que irá setorizar a cidade para encontrar as melhores soluções para o desenvolvimento de cada setor. Destaca que não há lei para a aprovação de loteamento, ou seja, os loteamentos são aprovados sem diretrizes e feitos de forma em que depois a prefeitura fica responsável por regularizar estes loteamentos. Posteriormente, explica que serão propostas leis para o parcelamento, uso e ocupação do solo, para loteamentos abertos, para os loteamentos fechados que são os condomínios verticais e horizontais, e que é preciso pensar em um plano diretor a curto e em longo prazo, porque com o potencial turístico que a cidade possui é preciso pensar onde deve ser verticalizado, ou seja, quais a regiões da cidade mais propícias para este tipo de investimento, além de criar uma lei para desmembramentos de lotes, uma vez que na cidade existe lotes muito grande. Elucida que o perímetro urbano está parcelado em quase toda a toda a totalidade, com uma pequena parte na região norte sem parcelamento, problemas como drenagem pluvial e a falta da ETE e algumas ruas sem pavimentação asfáltica, além de ocupamentos em fundo de vale em áreas de APPs nos Córregos Manuel Velho e Lava Pés, sendo preciso pensar em uma solução em longo prazo, pois poderiam ser feitos nestas regiões parques lineares. O arquiteto observa que a área onde se localiza o centro histórico com duas edificações tombadas não está protegida com as caracterizações de movimento arquitetônico dentre outros aspectos e muitos casarões foram demolidos na década de mil novecentos e setenta e mil novecentos e oitenta. Fala que a história de Indianópolis deve ser resgatada, descobrindo - se por onde a cidade começou a se desenvolver e proteger essa região através de uma zona com especificidades como afastamento, altura que as

edificações devam ter no entorno desses bens tombados, além das regras determinadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN já que são obras tombadas é preciso também proteger o seu espaço territorial. Cita que a cidade possui poucas áreas públicas dentro do perímetro urbano e que o fato dos loteamentos não terem seguido diretrizes, não seja abastecida de áreas institucionais que poderiam ser construídos equipamentos comunitários como poços artesianos, estação de tratamento de esgoto, além de postos de saúde, posto policial, escolas, creches, que devem ser alocados dentro de áreas institucionais. Explica que os últimos loteamentos criados como a ampliação do bairro de Santana e o loteamento Nova Indianópolis, já tiveram uma porcentagem da área destinada ao poder público, porém sem definição de áreas de recreação e lazer e nem quais são as áreas de instalação dos equipamentos comunitários e urbanos. Narra que é preciso criar leis para com os loteamentos definindo a porcentagem de área verde de recreação, a porcentagem para os equipamentos comunitários e urbanos para que melhor pulverização de áreas de lazer pela cidade, pois há somente três praças municipais e uma área verde considerada como praça, o Plano Diretor deve abordar diretrizes para essas áreas para que a cidade se desenvolva como um todo sem carência desse tipo de equipamento. Cita que em Indianópolis não existe regras para construção civil, por não haver um código municipal de obras e posturas e como foi dito antes faz-se mister proteger a área de entorno dos córregos na área urbana, pois há processos erosivos nos Córregos Lava Pés, Bernarda e Manuel Velho que precisam ser sanados a longo prazo, bem como pensar na possibilidade de remoção ou regularização das famílias localizadas em áreas de APPs e de uma via pública também nesta área. Mostra um mapa da cidade e diz que a área com melhores condições para expansão é a zona sul, inclusive com a expansão do bairro Santana, mas o perímetro urbano deve ser ampliado em todas as suas vertentes principalmente para a zona norte. Discorre sobre a Lei nº 1.195/1997, que dispõe sobre o parcelamento do solo rural do município de Indianópolis, que funciona como sendo a lei de parcelamento do solo, porém somente para a zona rural, que permite chacreamentos de vinte mil metros e chácaras de dois mil metros, além de três leis que instituem Zonas de Urbanização Específica, de chacreamentos aprovados e já executados. Considera que foram criadas leis específicas cada Zona de Interesse Especial - ZUE, Lei nº 1.853/2014 – ZUE 01, Lei nº 1.866/2015 – ZUE 02, Lei nº 1.872/2015 – ZUE 03 que foram classificadas como áreas urbanas, embora estejam dentro da área rural, hoje são consolidadas como área urbana. Analisa que toda estrutura urbana exigida pelo município deve ser cumprida, e como esses empreendimentos foram consolidados é de responsabilidade da prefeitura municipal a coleta e descarte do lixo que é um problema, pois, ficou oneroso para o poder público pela distância de cada uma dessas zonas. Diz que dessa forma pretende-se criar uma legislação específica para a zona rural de chacreamento e no entorno em que essas áreas não sejam interesse especial, uma vez que a extensão territorial municipal é muito grande, se cada chacreamento criado for de responsabilidade do município ficará muito oneroso para cada zona específica, porém, sem interesse especial. A seguir, fez uso da palavra a Urbanista Nadia ressaltando que quando se fala de mobilidade urbana devem-se considerar dois aspectos que são: população e frota. Cita que de acordo com o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN em dois mil e dez,

Indianópolis possuía mil quinhentos e quatro veículos registrados e em pouco menos de cinco anos, dois mil trezentos e trinta e sete. Narra que de acordo com o IBGE de 6.190 municípios em dois mil e dez houve pouco aumento em relação à frota indo para 6.751. Diz que o índice de motorização em dez mil e dez era de 4.11, ou seja, quase cinco pessoas por veículo, passados cinco anos esse índice caiu para 2.82 por veículo, fala que com os dados atuais esse índice caiu ainda mais sendo a população estimada para dois mil e dezoito 6.829 com frota até outubro de 2.707 veículos com índice de motorização estimado em 2,52. Sobre o tema Mobilidade Reduzida a urbanista mostra que os dados estimados para o município são de oitocentos e oitenta e quatro pessoas com deficiência e seiscentos e dezoito idosos. Descreve que o sistema viário da cidade possui cem por cento das vias com sentido duplo de direção, no entanto, há ausência de classificação hierárquica e necessidade de rever o sistema de circulação viária predominantemente com direção dupla de sentido, bem como, ausência deanel viário, deficiente sinalização vertical e horizontal, dispositivos de retenção veicular fora dos padrões CONTRAN. Fala que as travessias elevadas estão fora dos padrões, que há pólos geradores de tráfego, áreas de conflitos geométrico-viários, vias potenciais para alterações de sentidos de direção e vias potenciais para sinalização de acessos. Narra que em relação a acessibilidade há ausência de vagas especiais para idosos e PCD's, rampas de acessibilidade insuficiente e fora dos padrões NBR 9050, condições inadequadas das calçadas, ausência de bicicletários e demandas por ciclista. Relata que existem vinte carros para atendimento de transporte escolar de zona rural e sete carros para transporte universitário com atendimento da rota para Uberlândia, UFU, UNITRI, PITÁGORAS, UNIPAC, ESAMC, UMA, UNIUBE, UNOPAR, UNIESSA, PUC E UNIP. Evidencia a ausência de sistema público de transporte coletivo por Ônibus, sendo importante verificar a real demanda ou projeção futura através de pesquisa de origem e destino - O/D. Com a Palavra a Engenheira da Planari Verusca faz uma homenagem ao professor de geografia Thiago Silva Rodrigues e aos alunos de Ensino Médio da E. E. Nelson Soares de Oliveira Bianca Cristina Rodrigues S. L.; Danielly Martins Ramos; Devaneide França do Amaral; Habia Kadchelly Naves; Hilter Oliveira de Souza; João Paulo Alves P.; Laiza Geovana Moreno; Lenadro Antônio da Silva e Lorena Beatriz Oliveira M. pelos trabalhos apresentados na oficina de Meio Ambiente no Espaço do Plano Diretor. O Professor Thiago agradece em nome da Escola e fala da importância do planejamento para o crescimento e desenvolvimento de Indianópolis, sobretudo, para as gerações futuras. A secretária Adairlei agradece a todos e abre espaço para sugestões e questionamentos. O prefeito agradece a presença de todos. O Presidente da Câmara agradece e encerra a seção.



LISTA DE PRESENÇA DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
Danielle Ribeiro da Silva	E.G.N.S.O		99649-2940	Danielle R. da Silva
Tommaso Oliveira Santos	E.E.N.S.O		9901-6692	Tommaso Oliveira Santos
Anna Sílvia Ribeiro	E.G.N.S.O		9865-1269	Anna Sílvia Ribeiro
Regine Maria Pereira			99257567	Regine Maria
José TORRES EMPRESTA	CARRAPÓ		99972997	José Torres
Valtair Luiz Silva	PMMG		99991885	Valtair Luiz Silva
Antônio José de Jesus	ANTONIMO		99150814	Antônio José de Jesus
Ricardo Gomes de Souza	E.E.N.S.O		93940753	Ricardo Gomes de Souza
Adriane Augusto dos Santos Torres	E.E.N.S.O		9688-7611	Adriane Augusto dos Santos Torres
Carla Regina Marques da Silva	E.G.N.S.O		911-3901	Carla Regina Marques da Silva
Conselho Maria Flávia Torres	E.E.N.S.O		98420589	Conselho Maria Flávia Torres
Patrícia Pereira Torres	E.G.N.S.O		98355105	Patrícia Pereira Torres
Paula Regina Ferrando	Veredena	raulavitoria@outlook.com	99636030	Paula Regina Ferrando
João José Ferrando	Produtor Rural		99853324	João José Ferrando
Eduarda Regiane da Silva	E.M.I	VALDA GOMES @HP.MI.COM	999745437	Eduarda Regiane da Silva
Antônio Henrique da Silva	AGROPECUARISTA		99678650	Antônio Henrique da Silva
Luiz Pereira de Resende	Empresário	adrianeaugust@outlook.com	99673650	Luiz Pereira de Resende
Adriana Campos	Agro Negócios	Adrianeaugust@outlook.com	99972925	Adriana Campos
Valdo Dias	E.E.N.S.O		99978518	Valdo Dias
Luane Albuquerque			99661553	Luane Albuquerque
Augusto Antão Lima				Augusto Antão Lima
Adriana Gonçalves Delgado	SINDIATO	POINT@DELGADOVA100.COM.BR	99504082	Adriana Gonçalves Delgado
Antônio Carlos Delgado				Antônio Carlos Delgado
Guilherme de Souza Alves	E.G.N.S.O			Guilherme de Souza Alves
Dulciana Regiane Pereira	E.G.N.S.O			Dulciana Regiane Pereira

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR E MOBILIDADE URBANA DE INDIANÓPOLIS - MG

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

DATA: 19 DE FEVEREIRO DE 2019



LISTA DE PRESENÇA DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
TULIO RIBEIRO	E.N.S.O	TULIO.PEREIRA@ENGOI.GO.MG	3171815	Tulio Ribeiro
Lucas Pereira da Costa L.	E.N.S.O		333333	Lucas Pereira da Costa
João Paulo Aparecido da Oliveira	E.N.S.O		190	
Impressos Viçosa, Costa	E.N.S.O		707070	Marcos Vinício
Carlos Emanuel M. Aquino	E.N.S.O		9690-1708	Carlos
Lucas Roberto dos Anjos	E.N.S.O		9990-1410	Lucas Roberto
Diagnóstico de Qualidade	E.N.S.O			
Quimica Wilma	E.N.S.O			
Juliete A. Bezerra	E.N.S.O			
Carla de Sa Oliveira	E.N.S.O			
João Vicente Alves	E.N.S.O			
Luiza Rosa Sales Oliveira	E.N.S.O			
Marina Gabriela P. Rosa	E.N.S.O			
Cláudia Maria Alves Da Silva	E.N.S.O			
Giselly Alves de Melo	E.N.S.O			
Priscila Mendes	E.N.S.O			
Amanda Romalho	E.N.S.O			
Marcos Vinício da Costa	E.N.S.O			
Valéria F. Barros	E.N.S.O			
Agostinho da Silva	E.N.S.O			
Audience Muro	E.N.S.O			
Fábio Alberto C. Rodrigues	E.N.S.O			
Françisco da Silva Oliveira	E.N.S.O			
Maria Modolena Campos	E.N.S.O			
Umario Altoni Celavio Candia	E.N.S.O			
Simara Fernandes	E.N.S.O			

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DAS DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR E MOBILIDADE URBANA DE INDIANÓPOLIS - MG

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

DATA: 19 DE FEVEREIRO DE 2019



FOTOS DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA



Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4



Imagem 5



Imagem 6



Imagem 7



Imagem 8

ATA DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR DE INDIANÓPOLIS - MG

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito às dezoito horas, no auditório da Câmara Municipal de Indianópolis, na Rua Saint Clair de Melo, 207 - Centro, Indianópolis - MG, iniciou-se o credenciamento de participantes da terceira audiência pública do Plano Diretor Municipal conforme lista de presença anexa a esta ata. A abertura oficial foi feita pela Engenheira Jéssica M. Morais Ruiz, representante da equipe técnica da Empresa Planari Consultoria Ambiental, agradecendo a presença de todos. Explica que a audiência foi marcada para apresentar o prognóstico sobre os principais temas a serem abordados no Plano Diretor e Mobilidade Urbana de Indianópolis. Enfatiza que as diretrizes contidas neste prognóstico servirão como base para elaboração das Leis do Plano Diretor Municipal e Mobilidade Urbana. Esclarece que as diretrizes foram feitas de acordo com as necessidades do município buscando atender aos anseios da população e que a construção do texto que dará origem à lei que estabelece o plano diretor e de mobilidade urbana foi feito com a equipe técnica somada à participação de representantes de segmentos da sociedade, com a previsão dos principais objetivos e propostas para todos os segmentos, bem como o conjunto de diretrizes, normas e aspectos legais da indução do desenvolvimento urbano da cidade. Elucida que sobre o Abastecimento de Água, o plano deverá prever e executar os programas, projetos e ações previstas no Plano municipal de Saneamento Básico – PMSB, relacionadas à ampliação e modernização do Sistema de Abastecimento de Água - SAA. Explana sobre o Programa para redução de perdas físicas, o cadastramento das redes de águas e dispositivos, o Plano de emergência e contingência de água, o Apoio técnico na zona rural e controle da qualidade da água, bem como a Revitalização e proteção de nascentes, rios, margens da área urbana e rural; Mapeando as microbacias urbanas para delimitação, recuperação e preservação dos cursos d'água e nascentes através de parques lineares ou áreas verdes. Cita a necessidade de se condicionar a expansão urbana à prévia solução dos problemas de meio ambiente e saneamento, especialmente nas zonas especiais. Comenta que o Esgotamento sanitário o município deverá executar os programas, projetos e ações previstas no PMSB relacionadas à ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário – SEE, prevê a construção da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, o Plano de recuperação das áreas contaminadas por despejo irregular de esgoto, o cadastramento de todo o Sistema de Esgotamento em um Sistema de informação geográfica - SIG e o aperfeiçoamento dos serviços de limpeza e manutenção de todo o sistema. Alega que o Plano deverá Normatizar e exigir o tratamento de esgoto sanitário na zona rural, Regulamentar e garantir a instalação de sistemas de tratamento de esgoto sanitário para novos empreendimentos, Intensificar a fiscalização para proibição dos lançamentos irregulares. A Engenheira aborda os programas, projetos e ações previstas no PMSB relacionadas à drenagem urbana e manejo de águas pluviais, tais como, Plano Diretor de Drenagem Urbana, macro e microdrenagem, a construção de 100% da microdrenagem na área urbana, o Cadastramento de todo o Sistema de Marco e Microdrenagem Pluvial em um SIG e o melhoramento dos serviços de limpeza e

manutenção de todo o sistema. Comenta sobre os projetos de revitalização e construção de áreas verdes no perímetro urbano, o controle do uso e ocupação do solo e ampliação das áreas verdes nos novos empreendimentos, Programa de limpeza e desassoreamento da calha dos Córregos Lava-pés e Manoel Velho, a construção de dissipadores de energia nos pontos de lançamentos em áreas urbanas. Na zona rural, consta a recuperação e conservação das estradas rurais, das Curvas de nível e cordões de segurança. Discorre que é necessário fortalecer a gestão integrada dos resíduos sólidos e apoiar o programa de Coleta Diferenciada, a Implantação e regularização do Novo Aterro Sanitário, desativar e recuperar as áreas degradadas no Aterro controlado, construir Ecopontos em áreas urbanas e rurais, além de unidades de transbordo para pneus e embalagens de agrotóxicos, Implantar legislação específica para Resíduos de construção civil - RCC e Resíduos de Serviços de saúde – RSS e a Política tarifária para resíduos sólidos. Ressalta que são ações prioritárias para o meio ambiente; Elaborar o Plano Municipal de Meio Ambiente; Criar o Plano de Arborização Urbana; Revisar o Plano Municipal de Saneamento; conforme Lei 11.455/2007 (2026), Ampliar o sistema municipal de fiscalização ambiental, Criar e implantar o Sistema Municipal de Áreas Verdes, Revisar a legislação ambiental existente em especial a Lei Complementar Nº 1567/2007, no sentido de integrá-la e complementá-la. Fala da necessidade de se criar condições urbanísticas com a delimitação de áreas não edificáveis para que a recuperação e a preservação das mesmas sejam executadas preferencialmente, mediante a criação de parques, áreas verdes e de lazer, Regulamentar, ordenar, disciplinar e fiscalizar o crescimento e desenvolvimento do perímetro urbano e das zonas especiais, Fortalecer o Programa de Educação Ambiental AROEIRA, Estabelecer políticas de controle ambiental para novas atividades, empreendimentos e indústrias potencialmente poluidoras ou que degradem o meio ambiente, Normatizar o licenciamento ambiental simplificado no âmbito municipal conforme DN COPAM Nº 217/2017, Elaborar o Inventário Florestal Urbano e criar o Plano de Arborização Urbana, Regulamentar as normas para controle e fiscalização da poluição atmosférica, do solo, hídrica, sonora e visual, Impedir e fiscalizar os desmatamentos sem devida autorização e combater as práticas de queimadas na área urbana e rural, Promover a proteção, recuperação e preservação ambiental das nascentes e cursos d'água inseridos no perímetro urbano e zona rural. Aclara que em relação às políticas sociais, saúde, educação, esporte, ação social e segurança pública o município consegue bom atendimento a população, devendo se atentar apenas ao crescimento urbano. Em relação à Cultura e Patrimônio Cultural, faz-se necessário criar a Política Municipal de Cultura do município de Indianópolis, incentivando a produção cultural e assegurando o acesso de todos os cidadãos e segmentos da sociedade às fontes de cultura, implementar o Fundo Municipal de Cultura como forma de incentivo ao Poder Público e aos movimentos culturais na realização de seus projetos culturais; Criar o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico com o objetivo de incentivar e fomentar o turismo no município de Indianópolis; Promover eventos de interesse cultural (festas populares, festas tradicionais urbanas e rurais, eventos relacionados à produção local) que motivem a visitação de turistas e suscitem a economia interna; Fomentar e divulgar o turismo através da aplicação do fluxo turístico, promovendo a permanência e o

gasto médio dos turistas no município; Fortalecer o turismo do município através de associação com outros municípios, formando, assim, circuitos turísticos, Implementar projetos de infraestrutura turística, como a sinalização turística e adoção de rotas, proporcionando o desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo. Com a palavra o Arquiteto Glauco fala da importância da Lei de Expansão do Perímetro Urbano, do município de Indianópolis, uma vez que o atual perímetro encontra-se urbanizado em cerca de 90% de sua área total atual, dessa forma, propõe a criação de uma Comissão de Análise de Projetos, com integração de todas as secretarias municipais, para empreendimentos de médio e grande porte, além de projetos urbanísticos de loteamentos que promovam a expansão territorial da malha viária, e conseqüentemente de sua área urbana. O Urbanista diz que com o Zoneamento do Espaço Territorial do município de Indianópolis de forma ordenada, de acordo com suas características e potenciais, é possível promover o desenvolvimento da cidade, respeitando e protegendo os recursos naturais e o meio ambiente, melhorando a qualidade de vida de seus habitantes. Assim sugere a criação da Lei de Uso, Ocupação e parcelamento do Solo Urbano. Cita que o espaço municipal será desmembrado em macrozoneamentos divididos em macrozonas: Urbana (Perímetro Urbano); Turismo e Lazer (Margens da Represa de Miranda); Industrial (Pólos Industriais) e Rural (Propriedades Rurais). Explica que serão classificadas da seguinte forma: ZR – Zona Residencial: Zona onde há grande predominância de residências permitindo-se assim alguns usos comerciais, serviços e outros usos diversificados, compatíveis com o uso residencial; ZI - Zona Industrial: Áreas de implantação de indústrias (pequeno, médio e grande porte); ZPA - Zona de Preservação Ambiental: Áreas de proteção ambiental dos córregos que se localizam na área urbana; ZEIS – Zona Especial de Interesse Social: Área destinada primordialmente à produção e manutenção de habitações de interesse social; ZEIT - Zona Especial de Interesse Turístico: Áreas destinadas primordialmente ao interesse de novos empreendimentos turísticos; ZR – Zona Rural: Áreas destinadas exclusivamente à produção agropecuária. Esclarece que o uso residencial será dividido em Uni-domiciliar – Edificações destinadas à habitação permanente, correspondendo a uma habitação por lote; Pluri-domiciliar Horizontal – Conjunto de unidades residenciais agrupadas horizontalmente; Pluri-domiciliar Vertical – Várias unidades agrupadas verticalmente; Pluri-domiciliar Horizontal e/ou Vertical – Conjuntos em condomínio destinados à habitação permanente isolada, agrupada, vertical e/ou horizontalmente, dispostos de espaços e instalações de utilização comum a todas as habitações do conjunto; Uni-domiciliar Misto – Unidades unifamiliares conjugadas com outro uso não residencial; Pluri-domiciliar Misto – Edificações com uso misto (residencial e outros). Elucida que dentro do Uso Comercial e de Serviços haverá os seguintes níveis, nível I – Estabelecimentos de venda direta ao consumidor de produtos complementares ao uso residencial, prestação de serviços e/ou cursos livres; nível II – Estabelecimentos de venda direta ao consumidor de produtos compatíveis com o uso residencial, prestação de serviços e/ou curso livres; nível III – Estabelecimentos de venda direta ao consumidor de produtos não conflitantes com o uso residencial, prestação de serviços e/ou cursos livres, que implicam na fixação de padrões específicos referentes aos níveis de ruídos, de vibrações e de poluição ambiental, tais como:

carpintaria, oficinas mecânicas e de reparos em geral; nível IV - Estabelecimentos de comércio atacadista e/ou varejista de produtos conflitantes com o uso residencial, que implicam a fixação de padrões específicos relacionados no item anterior, como explosivos e produtos tóxicos. Aclara que os Usos Industriais e Institucionais seguirão os mesmos padrões de divisão em níveis, sendo o nível I - Indústrias não incômodas, que podem adequar-se aos mesmos padrões de usos não industriais, no que diz respeito às características de ocupação dos lotes, de acessos, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e aos níveis de ruídos, de vibrações e de poluição ambiental; nível II – Indústrias especiais, cujo funcionamento possa causar prejuízo à saúde, à segurança, ao bem estar público e a integridade da flora e da fauna regional. do Uso Institucional, nível I – Estabelecimentos ou instalações conflitantes com o uso residencial, tais como: câmara municipal, posto policial, corpo de bombeiros, etc.; nível II – Equipamentos ou instalações compatíveis com o uso residencial, tais como: biblioteca, igreja, agência de correio, ambulatório, hospital, postos de saúde, etc. Ressalta a importância do estudo de Impacto de vizinhança para a realização dos seguintes empreendimentos urbanos, Postos de combustíveis, lavadores de veículos ou similares; Loteamentos; Edificações ou condomínios com mais de 06 (seis) unidades habitacionais; Todos os projetos de construção, reconstrução, reforma e ampliação de edificações de uso não residencial, no qual a área edificada seja superior a 100,00 m² (cem metros quadrados); Todos os projetos que tenham previsão de 20 (vinte) ou mais de vagas de estacionamento; Templos religiosos e instalações culturais ou esportivas que comportem mais de 100 (cem) pessoas; Bares, clubes e estabelecimentos similares que utilizem som; Indústrias ou oficinas para veículos nas quais a área edificada seja superior a 100,00 m² (cem metros quadrados). Aclara que as áreas a serem doadas ao Município, a título de Áreas Públicas, serão formadas, no mínimo, por: área para equipamentos comunitários ou urbanos; área de preservação ambiental, quando houver; área verde (lazer); área de arruamento; área non aedificandi, quando houver, inclusive das rodovias e ferrovias, nos termos da Lei Federal nº 10.932/04 e da Lei Federal nº 11.483/07, ou suas alterações posteriores. As áreas públicas não serão inferiores a 45% da área total a ser parcelada e as áreas institucionais não serão inferiores a 5%, da área a ser parcelada, destinadas para implantação de equipamentos urbanos e comunitários, e de 10% para áreas destinadas ao lazer e recreação, denominadas por área verde. Explica que os empreendedores são os responsáveis pela execução, das seguintes obras de infraestrutura, para a implantação de seus respectivos loteamentos, aprovados pelo Poder Público: Abertura de ruas, marcação de quadras e lotes; Terraplanagem, cortes e aterros; Rede de galeria de águas pluviais; Rede de água potável; Rede esgoto sanitário; Rede de distribuição de energia elétrica domiciliar; Construção de guias e sarjetas; Pavimentação asfáltica; Sinalização horizontal das vias públicas; Iluminação pública das ruas e avenidas; Reflorestamento das áreas verdes e APP; Arborização e paisagismo das áreas de lazer; Arborização do sistema viário; Construção de calçadas no passeio das áreas públicas. Explana sobre o sistema de parcelamento, membramento e desmembramento, loteamento, loteamento de interesse social e condomínios, dessa forma os lotes a serem gerados não poderão apresentar parâmetros de ocupação diferentes da Lei

de Zoneamento que vigorar sobre a área onde se localiza o imóvel. Propõe os índices técnicos para parcelamento de Área Máxima a ser parcelada: 300.000 m²; Largura Mínima das Vias: Vias coletoras (10,00 metros de caixa de rolagem) e vias locais (8,00 metros de caixa de rolagem); Comprimento Máximo das Quadras: 240,00 metros; Largura Mínima das Quadras: 40,00 metros; Áreas Públicas: não serão inferiores a 45% da área total a ser parcelada (incluindo arruamento, áreas institucionais e áreas verdes); Porcentagem Mínima para Áreas Institucionais: 5% da área total; Porcentagem Mínima para Áreas Verdes de Recreação e Lazer: 10% da área total; Área mínima dos Lotes: 200,00 m² (10,00 metros de testada mínima). A Secretária Adairlei, reforça que empreendedores e município deverão cuidar do entorno do Lago de Miranda para que ocorra o desenvolvimento sustentável, ressalta que Indianópolis é um dos poucos municípios a fazer o Plano Diretor e Mobilidade Urbana e agradece o prefeito Lindomar pela coragem e pioneirismo proporcionando abertura e regulamentação para os investidores. A engenheira Verusca ressalta que a equipe técnica está tratando o Plano com muito cuidado inclusive com reuniões com a promotoria pública, para os investidores possam investir de forma correta, preservando a vegetação local. Posteriormente passa a palavra para a urbanista Nádia que parabeniza o prefeito municipal pela iniciativa e diz que a obrigatoriedade de se fazer um Plano Diretor é para municípios com mais de 20 habitantes. Discorre sobre as ações prioritárias para a mobilidade urbana como criar um Conselho Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana, de caráter consultivo nas ações e projetos da área de mobilidade urbana, inclusive às vinculadas às questões turísticas, com instituição de Regimento Interno e atribuições dos membros; Criar um departamento ou seção exclusiva de gestão do trânsito local para acompanhamento e gerenciamento da dinâmica municipal de trânsito e transporte municipal, com no mínimo um responsável setorial correspondente aos pilares do Trânsito Seguro: Educação, Engenharia e Fiscalização, e duas diretorias, sendo uma de trânsito e outra de transportes; Desenvolver atividades de Educação para o Trânsito e Mobilidade Urbana, com objetivo de tornar pública a presente lei e seus parâmetros, bem como colaborar na redução de índice de acidentes e na segurança viária; Desenvolver campanhas educativas com base nos programas nacionais “Maio Amarelo” e “Semana Nacional do Trânsito”; Criar o “Espaço da Transitolândia”. Diz que é necessário também ilustrar bem as rotas de acesso turístico e demonstrar a hierarquização das vias. Parabenizou o envolvimento das escolas junto aos levantamentos e diagnóstico, agradeceu aos policiais militares e bombeiros pela parceria e passou a discorrer sobre a classificação das ruas e acessos das estradas e rodovias de vias arteriais, coletoras e de alimentação das vias principais que têm acesso aos pontos turísticos e entorno do lago. Sobre os modos não motorizados, propôs Instalar faixas de pedestres nos cruzamentos viários; Promover o tratamento adequado nos canteiros centrais das avenidas; Instalar rampas de acessibilidade em toda a malha urbana; Promover as condições de acessibilidades nas áreas e prédios públicos, estabelecendo prazos para adequações conforme NBR 9050:2015; Nos lotes vagos, realizar a construção/adequação das calçadas; Esclareceu que os novos loteamentos deverão implementar as normas técnicas de acessibilidade, com rampas e acessos livres ao pedestre nas calçadas, bem como implantar as faixas de pedestres e

sinalização de parada obrigatória, além de Implantar uma pista de caminhada e ciclovia às margens do acesso rodoviário à região do “Beira Lago/Balsa”: MG A900, promovendo o deslocamento seguro a pé e a prática esportiva; Recomendou revitalizar as praças públicas com projetos que contemplem a integração humana por rampas e pisos acessíveis, sem contudo desconfigurar os aspectos históricos. Explicou que o proprietário poderá ser notificado sobre a obstrução das calçadas por entulhos e materiais da construção civil, restos de podas e qualquer objetivo que venha interferir no deslocamento dos pedestres, porém o mesmo terá o prazo de retirada do material estabelecido pelo notificante, caso contrário, haverá emissão de multas conforme Código Tributário Municipal. Elucidou que nas vagas especiais haverá sinalização horizontal e vertical em áreas como escolas e estabelecimentos de saúde. Sobre os PGV’S – Pólos Geradores de Viagem As áreas do entorno dos PGV’s já instalados deverão ser revistas para a devida adequação das áreas de estacionamentos, promoção da acessibilidade e sinalização de trânsito, porém, os novos empreendimentos, considerados como PGV’s, a serem instalados deverão dispor de áreas próprias ou anexas aos lotes de localização dos mesmos com a finalidade de estacionamento, minimizando os impactos viários potencialmente causados pela dinâmica dos empreendimentos com travessias elevadas. Fala que dentro das intervenções viárias as ruas que mais demonstraram potencial para sofrer alterações gradativas são as ruas: Marechal Deodoro, Batista Naves, Rua Uberlândia e a Rua José Catiguá, com propostas de restrição de estacionamento ou implementação gradativa de mão única entre cinco (5) e dez (10) anos. Cita que a criação do Conselho Municipal pode ajudar o município a gerenciar essas alterações de forma participativa atendendo aos anseios sociais. Diz que a reformulação das Praças Ana Rangel e Urias José da Silva, deve ser feita respeitando o processo histórico e turístico, bem como a segurança de embarque e desembarque dos alunos da Escola Tupiniquim. Ressalta que para a promoção das ações e diretrizes da mobilidade urbana municipal, o município deverá observar as dotações orçamentárias a cada ano, bem como realizar PPP Parcerias Público Privadas e requisitar recursos federais e estaduais, referente às disposições finais, a Política Municipal de Mobilidade Urbana de Indianópolis-MG deverá ser revisada no máximo em dez anos, ajustando as ações conforme a dinâmica urbana e promovendo a inclusão social dos munícipes. Com a Palavra Verusca enfatiza que o plano foi amplamente discutido para o diagnóstico e revisado pelas secretarias e pelo prefeito detalhadamente, perímetro urbano, zona rural e entorno do Lago de Miranda, inclusive com interesse e participação popular, sobre as questões de regulamentação das leis municipais, destaca o embasamento legal de cada tema para o potencial de crescimento do município e que toda a equipe está aberta ao diálogo e esclarecimentos. Agradece o apoio da Câmara de vereadores e do prefeito Lindomar Amaro. Com a palavra o prefeito Lindomar agradece a deus a oportunidade dessa reunião para o crescimento do município, agradece a Câmara de vereadores pelo espaço para realização da Audiência Pública e pela parceria na construção de um futuro melhor para a população de Indianópolis. Agradeceu à Secretária Adairlei pelo belíssimo trabalho desenvolvido junto a Planari Consultoria Ambiental na construção do Pano Diretor oferecendo segurança aos investidores interessados em fazer investimentos no

município, sobretudo preservando as belezas naturais que o município possui. Dessa forma ele se sente feliz e agradecido por Indianópolis estar sendo bem vista pelos investidores da região, e que em sua gestão se preocupa com o bem estar da população e de investidores que estão dispostos a colaborar com o crescimento da cidade de forma segura e sustentável. Agradeceu também a presença e participação da comunidade escolar na pessoa do diretor da escola Estadual Nelson Soares de Oliveira Cícero Marcos bem como a participação da população indianopolense, enfatizando que a presença de cada um foi fundamental na construção do Plano Diretor e encerrou a seção.